

NEWS

Produzindo

Artigo de Opinião

Caroline Teixeira Bordim
Francieli Matzenbacher Pinton
Rosana Maria Schmitt

Coleção
"Produzindo gêneros
textuais na escola"

Caderno didático



Produzindo

Artigo de Opinião

Coleção

“Produzindo gêneros textuais na escola”



UFSM



NEPELIN

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS
EM ENSINO DE LINGUAGEM



Pedro & João
editores

Reitor da Universidade Federal de Santa Maria

Professor Dr. Paulo Afonso Burmann

Pró-reitora de Graduação Professora

Dra. Martha Bohrer Adaime

Diretor do Centro de Artes e Letras

Professor Dr. Cláudio Esteves

Coordenadora dos Cursos de Letras - Licenciaturas

Professora Dra. Evelyne Costa

Coordenadora Institucional do Projeto Residência Pedagógica Professora

Dra. Andréia Machado Oliveira Docente

Orientadora do Projeto Residência Pedagógica - Núcleo de Língua Portuguesa Professora Dra. Francieli Matzenbacher Pinton

Organizadoras

Caroline Teixeira Bordim

Francieli Matzenbacher Pinton

Rosana Maria Schmitt

Colaboradores do Caderno

Gabriela Eckert Pereira

Rodrigo Poletto

Taís Vasques Barreto

Revisão de linguagem

Professora Dra. Francieli Matzenbacher Pinton

Rosana Maria Schmitt

Projeto gráfico e diagramação

Jamir Gonçalves Ferreira

**Caroline Teixeira Bordim
Francieli Matzenbacher Pinton
Rosana Maria Schmitt
[organizadoras]**

Produzindo

Artigo de Opinião

Coleção

“Produzindo gêneros textuais na escola”



Pedro & João
editores



Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Caroline Teixeira Bordim; Francieli Matzenbacher Pinton; Rosana Maria Schmitt [Orgs.]

Produzindo artigo de opinião. Coleção “Produzindo gêneros textuais na escola”. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 61p. 21 x 29,7 cm.

ISBN: 978-65-265-0585-4 [Digital]

DOI: 10.51795/9786526505854

1. Processo de escrita. 2. Artigo de opinião. 3. Caderno didático. 4. Gênero textual. I. Título.

CDD – 370

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Revisão: Francieli Matzenbacher Pinton Rosana Maria Schmitt

Projeto gráfico e diagramação: Jamir Gonçalves Ferreira

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2023

Caro aluno,

este caderno é resultado de um trabalho conjunto desenvolvido por professoras e professores em formação e em serviço vinculadas(os) ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Linguagem – NEPELIN da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Em 2014, descrevemos e analisamos artigos de opinião veiculados em jornal com a finalidade de apresentar o funcionamento e a estrutura esquemática desse gênero. Os resultados apontaram a recorrência de quatro etapas: contextualização, apresentação da tese, defesa da tese, reiteração da tese e/ou apresentação de sugestões para resolver o problema. Com base nesse estudo, em 2015, propusemos oficinas de leitura e produção de artigos de opinião para alunos do Ensino Fundamental II. Os textos produzidos nesse contexto nos desafiaram a investigar um pouco mais sobre o processo de escrita de textos argumentativos. Em razão disso, em 2016, analisamos os textos produzidos com a finalidade de caracterizar os recursos linguísticos e discursivos empregados pelos autores. Com base nesses resultados, elaboramos atividades didáticas com o objetivo de ampliar a consciência sobre a estrutura e o funcionamento do artigo de opinião. Essas atividades compõem este caderno e visam à didatização desse gênero em sua escola.

Escrever não é fácil, mas é, sem dúvida, um poderoso instrumento de ação social. Quando produzimos artigos de opinião expressamos nossa posição diante da sociedade, ou seja, agimos por meio da nossa escrita. Para exercer nossa cidadania é fundamental participar de todos os processos sociais, somente assim nossa voz poderá ser ouvida! Por isso, mãos à obra! Esperamos que este caderno contribua para o processo de escrita que agora inicia.

As organizadoras

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Instrumento de diagnóstico | 8 |
| Produção inicial | 10 |
| UNIDADE 1 – (Re)conhecendo o artigo de opinião como gênero argumentativo | 11 |
| Aspectos sociocomunicativos | 12 |
| Aspectos estruturais e linguísticos | 21 |
| Vozes no texto | 31 |
| Articulação textual | 44 |
| UNIDADE 2 – Produzindo um exemplar do gênero artigo de opinião | 52 |
| Proposta de produção 1 | 53 |
| Proposta de produção 2 | 54 |
| Primeira versão | 57 |
| Critérios de revisão e avaliação do artigo de opinião | 58 |
| Versão final | 59 |
| Referências bibliográficas | 60 |

Instrumento de diagnóstico

Para iniciar nossas atividades de leitura e produção de artigos de opinião, convidamo-lo(a) a ler os textos a seguir, com o objetivo de construir seu posicionamento acerca do tema leitura na juventude.

Texto 1



DAHMER, André. 2013. Disponível em: <<http://myqueenside.blogspot.com.br/2013/12/imagem-5-leitura-entre-os-jovens.html>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

Texto 2

O que os brasileiros fazem em seu tempo livre?

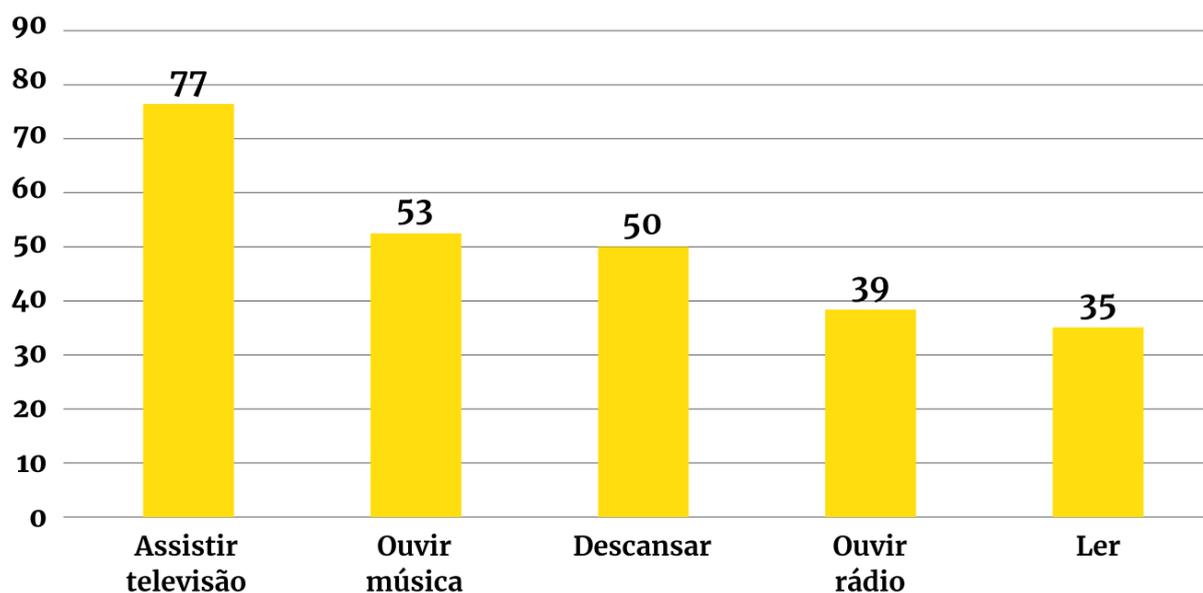


Gráfico elaborado com base na pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro (2010). Disponível em: <www.funarte.gov.br>. Acesso em: jul. 2019. (Visual adaptado).

“Efeito Harry Potter”: livros juvenis ficaram 115% mais longos na última década

02/03/2016 | Por Cláudia Fusco

Uma pesquisa veio confirmar o que todo mundo já vinha suspeitando: os livros para público jovem estão cada vez mais longos. Em um estudo com jovens leitores entre 9 e 15 anos, a pesquisadora Briana Shemroske percebeu que a média de páginas de livros voltados para o público é, atualmente, de 290 páginas, o que representa um aumento de 115% em relação à média de 2006. Quanto mais voltamos no tempo, mais absurda é a diferença: houve aumento de 173% do número de páginas de livros juvenis em relação às publicações dos anos 70.

De acordo com Shemroske, não há dúvidas do que motivou o crescimento do número de páginas dessas publicações. É a magia de Harry Potter fazendo efeito nas estantes: os livros capturaram a atenção de crianças de todo o mundo, independentemente do tamanho dos livros. Além disso, boa parte dos livros atuais que são voltados ao público jovem são fantasias – e um mundo mágico, imersivo e instigante não se constrói em poucas palavras.

Esse estudo faz parte de uma pesquisa ainda mais impressionante: livros para todos os públicos vêm ganhando mais e mais páginas – uma média de 80 páginas ao ano, na média. Obrigado por isso, George R. R. Martin.

Disponível em: <www.revistagalileu.globo.com>. Acesso em jul. 2019.

E você, que faz parte da nova geração, o que acha: **os jovens leem ou não?**

Tendo em vista os textos motivadores, escreva um **artigo de opinião** para defender seu posicionamento. Considerando o contexto de veiculação desse gênero textual (jornais, sites, revistas), empregue a norma-padrão. O texto, incluído o título, deve ter, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas.¹

¹ Proposta elaborada, no primeiro semestre de 2016, pelas professoras Caroline Bordim e Maria Cecília Castro para a disciplina de Leitura e Avaliação de Textos do curso de Licenciatura em Letras – Português (UFSM). A proposta foi orientada pela Professora Dra. Cristiane Fuzer.

Produção inicial

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

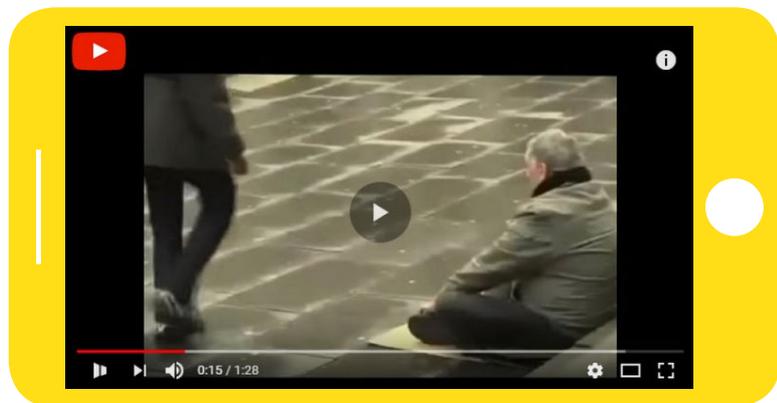
30 _____

Unidade 1

(Re)conhecendo o artigo de opinião como gênero textual argumentativo

O artigo de opinião é um gênero textual argumentativo que busca influenciar o interlocutor por meio de argumentos que justificam a posição assumida. A argumentação é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes, que exige do sujeito que argumenta a construção de uma explicação com finalidade persuasiva (CHARAUDEAU, 2016). A prática da argumentação envolve um confronto de posicionamentos individuais e exige que reajamos com nossas opiniões diante das opiniões dos outros. Dessa forma, cada situação de interação impõe ao escritor um planejamento sobre as melhores estratégias para causar os efeitos pretendidos. Tais estratégias possuem como finalidade o aumento da eficácia da argumentação, uma vez que visam interferir na opinião de seus interlocutores. Assim, para que a defesa do ponto de vista seja eficiente, é necessário que o autor mobilize estratégias argumentativas para contrapor ideias controversas a sua tese e selecione vozes que corroborem seu posicionamento.

Para refletir um pouco mais sobre isso, vamos assistir ao vídeo “O poder da argumentação”, disponível no YouTube.



Aspectos sociocomunicativos

Os textos a seguir foram publicados na edição impressa do jornal Zero Hora, em abril de 2019, e apresentam os posicionamentos de seus autores acerca de um tema polêmico (sacrifício de animais). Leia-os para compreender o funcionamento do gênero textual artigo de opinião e para (re)conhecer aspectos contextuais e discursivos de cada exemplar.

O DIREITO REAFIRMADO

DEIVISON CAMPOS

Jornalista e professor de Comunicação da Ulbra, doutor em Comunicação e doutorando em História
deivison_campos@hotmail.com



O número de africanos sacrificados no processo escravista é impreciso. A falta de reconhecimento dessa desumanização de seres humanos em nome da acumulação primitiva de capital e a negação das manifestações culturais desse processo garantem a permanência do racismo estrutural nas relações sociais. O ataque à sacralização de animais é uma das formas como o racismo se manifesta socialmente.

A sacralização dos animais nas religiões de matriz africana segue conhecimentos milenares guardados na tradição e compartilhados pela experiência e pela oralidade. Esses conhecimentos garantem que não haja sofrimento para que a boa energia vital resultante, o axé, religue os iniciados aos ancestrais e à natureza. Ao mesmo tempo, possibilita a renovação das energias da coletividade de um terreiro, pelo axé e pelo alimento compartilhado entre os que vivem em torno das casas de religião. São cosmogonias e tempos que não podem ser medidos pela visão de mundo europeia.

Apesar disso, a argumentação contrária à prática segue

um regime de verdade construído pela modernidade do ocidental, a mesma que gerou as teorias do racismo científico – base da ideia de superioridade da civilização e das raças europeias.

Os argumentos parecem novos (veganismo e defesa dos animais), se repetem (ilegalidade) ou permanecem (barbárie e diabolização), mas em verdade se originam na mesma matriz – o racismo estrutural.

Referir a simples manifestação contrária ou favorável à sacralização não dá conta da complexidade do debate. O ataque jurídico e público a esse rito, basilar das religiões de matriz africana, objetiva em verdade o desaparecimento dessa forma de existir. São manifestações de intolerância religiosa que negam a diferença e se impõem a partir de uma visão de mundo que sacrifica e elimina física e simbolicamente desde sempre africanos escravizados e seus descendentes. A decisão do Supremo, que garante o direito de existir com a natureza das religiões de matriz africana, apenas reafirma o que está exposto no artigo 5º da Constituição Federal. O resto é racismo.

O ataque à sacralização é como o racismo se manifesta socialmente

PRECISAMOS DE JUÍZES SENSÍVEIS

ANAMARIA FELJÓ

Doutora em Filosofia, representante da Rede Bioética Brasil no RS
agsfeijo@terra.com.br



No último dia 28 de março, o STF posicionou-se, de forma unânime, a favor da constitucionalidade de sacrifício de animais em rituais religiosos.

Tenho que me curvar à decisão desta Corte Suprema, a qual terá repercussão nos tribunais de todo o país. Mas me é permitido refletir sobre as bases argumentativas nas quais nossos ministros se apoiaram para emitir seus pareceres.

Os magistrados do STF lembraram, de forma veemente, que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, consagra como direito fundamental a liberdade de religião e, a partir dessa premissa, construíram sua argumentação. A Carta Magna, entretanto, em seu artigo 225, também proíbe a crueldade contra animais. Os juízes optaram por manter a hierarquia usualmente aceita entre esses artigos da Constituição, valorando a liberdade de culto e afirmando que sacrifício de animais em rituais religiosos não se caracteriza como crueldade, termo esse extremamente subjetivo e, por conseguinte, passível de interpretações distintas.

Estaríamos negando a liberdade religiosa ao pedir limites à vivência de uma cultura que pode vir de encontro a valores de respeito à dor e à sensibilidade de seres vulneráveis? Grande parcela da sociedade vem mudando seus valores em relação ao animal não humano de forma célere e as leis não podem acompanhá-los com a mesma velocidade. Para adequação do que a sociedade acredita e almeja ao que a lei defende, precisamos de juízes sensíveis, inovadores, perspicazes e não tão arraigados a um antropocentrismo forte como se presenciou no julgamento em foco.

Estaríamos negando a liberdade religiosa ao pedir limites?

Sob minha ótica, perdemos uma grande oportunidade de avançar em uma área que hoje é abordada sob novas nuances, como se verifica em outros países. Certamente, não estaríamos resolvendo de forma plena a questão da moralidade na discriminação de membros de outras espécies no Brasil. Mas estaríamos, paulatinamente, assumindo uma posição de defesa de um agir consciente que transcenderia nossa espécie, englobando também os não humanos inseridos em nosso entorno.

Fonte: Jornal Zero Hora (impresso), 6-7 de abril de 2019.

Para ampliar seus conhecimentos, acesse a **Constituição Federal Brasileira** e leia na íntegra os artigos citados pelos articulistas.

LINK https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf



Nos textos, há palavras que você desconhece o significado? Utilize o **dicionário** para resolver suas dúvidas.



Para compreender melhor o funcionamento do gênero, preencha o quadro de acordo com as informações solicitadas.

| INFORMAÇÕES | TEXTO 1 <i>O direito reafirmado</i> | TEXTO 2 <i>Precisamos de juízes sensíveis</i> |
|-------------------|--|--|
| Quem escreve? | | |
| Qual o propósito? | | |
| Onde circula? | | |
| Quando? | | |
| Quem lê? | | |
| Por que lê? | | |

Fonte: FONTANA, N. M.; PAVIANI, M. S.; PRESSANTO, M. P., 2009, p. 148.

Agora que você já conhece um pouco do contexto de produção, circulação e consumo dos textos 1 e 2, focalizaremos o funcionamento discursivo.



Releia o primeiro parágrafo de cada texto a fim de identificar o tema debatido pelos articulistas. Qual é o tema?

Identificado o tema, vamos verificar como os autores se posicionam frente à questão debatida. Para isso, leia os fragmentos de cada texto.



“O número de africanos sacrificados no processo escravista é impreciso. A falta de reconhecimento dessa desumanização de seres humanos em nome da acumulação primitiva de Capital e a negação das manifestações culturais que restaram desse processo garantem a permanência do racismo estrutural nas relações sociais. O ataque à sacralização de animais é uma das formas como o racismo se manifesta socialmente.” (§ 1, **TEXTO 1**)



Nesse primeiro parágrafo do texto 1, é possível identificar se o articulista é contra ou a favor ao sacrifício de animais? Por quê? Quais pistas linguísticas são encontradas no texto que comprovam tal posicionamento?

“

“No último dia 28 de março, o STF posicionou-se, de forma unânime, a favor da constitucionalidade de sacrifício de animais em rituais religiosos. Tenho que me curvar à decisão desta Corte Suprema, a qual terá repercussão nos tribunais de todo país. Mas me é permitido refletir sobre as bases argumentativas nas quais nossos ministros se apoiaram para emitir seus pareceres.” (§ 1 E § 2, TEXTO 2)



A partir da leitura dos parágrafos 1 e 2 do segundo texto, podemos identificar a posição assumida pela articulista? Ela é contra ou a favor ao tema debatido? Por quê? Quais pistas linguísticas podem comprovar esse posicionamento?



Destaque no texto as palavras que indicam a avaliação dos articulistas em relação ao tema abordado. Logo após transcreva-as para o quadro a seguir e indique se predomina avaliação positiva ou negativa.

| <p>TEXTO 1</p> <p><i>O direito reafirmado</i></p> | <p>TEXTO 2</p> <p><i>Precisamos de juízes sensíveis</i></p> |
|--|--|
| | |

 Qual a tese defendida pelos autores?

Deivison Campos, jornalista, professor e doutorando em História:

Anamaria Feijó, doutora em Filosofia:

 No parágrafo § 2 e no parágrafo § 5 do texto 2, qual é a função do emprego da conjunção “mas”?

Importante!



Os textos lidos são exemplares do gênero textual artigo de opinião. Esse gênero textual aborda questões polêmicas de relevância econômica, social, cultural ou política e circula em jornais, revista, *blogs*, entre outros suportes.

Quem escreve geralmente é especialista no assunto. Caso contrário, o autor do texto precisa destacar ainda mais as vozes de autoridade, porque são elas que darão, em grande medida, credibilidade ao que está sendo defendido.

O propósito desse gênero é persuadir/convencer o leitor, objetivando levá-lo a adotar posição assumida e a aceitar o que está sendo defendido pelo articulista.

Leia os artigos de opinião a seguir sobre o **sacrifício de animais**, tema já discutido anteriormente. Após, responda às questões solicitadas.

Artigo 1

A voz dos gaúchos e o clamor dos animais

Regina Becker Fortunati

Secretária do Trabalho e Assistência Social do Rio Grande do Sul

Foi Deputada Estadual (PDT) de 2015 a 2018

O reconhecimento dos direitos animais é uma evolução da sociedade, que manifesta sua inconformidade diante de situações em que os interesses de segmentos sobrepõem os da coletividade. Enquanto conquistas em diversos campos da ciência são anunciadas, seguindo a tendência mundial em consonância com novos tempos, há aqueles que, em nome do ato de externar a fé, seguem afrontando o direito à vida, o bem maior, e ferindo o princípio da igualdade, preconizados no artigo 5º da Carta Magna.

Muitos argumentos do ponto de vista constitucional conferem legitimidade ao Projeto de Lei 21/2015, de minha autoria, para que o Código Estadual de Proteção aos Animais, de 2003, volte a vigorar com a redação original, determinando o cumprimento das normas nele estabelecidas a todos, sem exceção. Em 2004, esse importante documento de defesa do bem-estar animal foi alterado com a inclusão do Parágrafo Único ao artigo 2º, permitindo “o livre exercício dos cultos e liturgias das religiões de matriz africana”.

O Brasil, sendo laico pelo pluralismo de religiões, não pode privilegiar apenas uma delas, porque, afinal, todos são iguais perante a lei, independente de raça, etnia e credo. Em face do meu respeito às diferenças, não há razões para me acusarem de discriminadora, preconceituosa e depreciarem meu nome sob a alcunha de racista. O que está em discussão é a legalidade desse dispositivo que entendo como uma anomalia jurídica: um código criado para proteger os animais, ao mesmo tempo, permite exceções que vão no sentido contrário.

Lamento que a Casa dos Grandes Debates não tenha propiciado que este tema fosse discutido em condições igualitárias de participação, nas duas audiências públicas realizadas. Em flagrante desrespeito ao Regimento

Interno, bem como aos princípios constitucionais, do contraditório e da ampla defesa, o PT e o PC do B conduziram as manifestações como atos partidários, incitando conflitos.

Considerando a divisão de opiniões, formalizei à Mesa Diretora proposta de decisão deve vir da voz do povo gaúcho.

Fonte: Jornal Zero Hora de 04 de abril de 2015.

Artigo 2

O sacrifício de animais no batuque

Norton F. Corrêa

Doutor em Antropologia, autor do livro O Batuque do Rio Grande Sul

O Projeto de lei da deputada estadual Regina Becker Fortunati (PDT) visa proibir o sacrifício de animais no batuque. A proposta, além de discriminatória, pois ignora o judaísmo, com prática idêntica, levanta dúvidas sobre a coerência política da autora.

Os sacrifícios de animais representam o eixo que estrutura o sistema religioso judaico e batuqueiro. Em ambos, o animal tem a carótida cortada - morte em poucos segundos e praticamente indolor - e a carne preparada e ingerida ritualmente. Como antropólogo, pesquisei por 20 anos, nos templos, assisti a tais cenas muitas vezes e jamais vi ou soube desses supostos maus-tratos. Pela lógica do batuque, só um demente faria isto.

O Rio Grande do Sul é tido como o Estado mais racista do país, o que se reflete na literatura gauchesca, por exemplo. Ou na repressão ao batuque pela Igreja Católica, cuja cúpula e muitos padres são descendentes de alemães, tidos, no geral, como muito racistas. Outras ordens, de italianos, não ficam muito longe destes.

Há cerca de 30 mil templos de batuque no Estado, espaços criados em torno da cultura ancestral, onde o batuqueiro centra sua vida e se defende,

física e espiritualmente, do racismo e da discriminação. Proibir o sacrifício de animais, o eixo da religião, é aniquilar o modo de vida de seus seguidores.

O projeto da deputada Fortunati exclui as sinagogas. Ou ela tem medo de enfrentar a poderosa comunidade judaica, ou buscou o fácil: atacar o segmento mais oprimido e estigmatizado da sociedade gaúcha, os batuqueiros, na maioria negros. O aparentemente inexplicável é uma filiada ao Partido Democrático Trabalhista propor uma lei altamente prejudicial justamente à classe que, por coerência política, deveria defender os trabalhadores. Há outros motivos ou os animais supostamente maltratados pelos batuqueiros que são mais importantes, para ela, do que estes?

Fonte: Jornal Zero Hora de 04 de abril de 2015.



Considerando as credenciais dos autores dos textos “A voz dos gaúchos e o clamor dos animais” e “O sacrifício de animais no batuque”, é possível predizer a posição que será assumida por eles? Por quê?



Qual é o posicionamento que os autores assumem frente ao tema?

Aspectos estruturais e linguísticos

Conforme já estudamos anteriormente, o artigo de opinião é empregado para abordar questões polêmicas. Assim, para atingir o propósito comunicativo, que é defender um ponto de vista, o artigo de opinião organiza-se em movimentos retóricos², de acordo com o quadro a seguir.

| | | |
|---|--|---|
| 1 | Contextualização | Há a explicitação do campo em que se insere o texto, ou seja, é apresentado para o leitor o tema que será debatido. Isso pode ser verificado pela identificação de lexemas explícitos que remetem ao tema. A contextualização pode ser apresentada de duas maneiras, dependendo do objetivo e da intenção do produtor: i) apresentação do tema por meio de definição do problema e das posições a favor e contra ou ii) a apresentação do tema vinculado a um fato ou evento do cotidiano. Normalmente, são empregados verbos no pretérito perfeito e imperfeito, circunstâncias temporais e espaciais. |
| 2 | Apresentação da tese | Há a recorrência de índices de avaliação positivos ou negativos que evidenciam o posicionamento/defesa de um ponto de vista pelo articulista. São empregados adjetivos, advérbios e/ou conjunções concessivas e adversativas que sinalizam o posicionamento do escritor. |
| 3 | Defesa da tese | Há o emprego de recursos linguísticos que visam ao engajamento do leitor por meio da inserção de vozes que emergem para convencer o leitor do posicionamento defendido pelo articulista. Tais vozes podem confirmar os discursos ou contrapô-los. Diferentes estratégias argumentativas contribuem para defesa do ponto de vista: argumento de autoridade, argumento de provas, argumento de causa e consequência, argumento por exemplificação, entre outros. São empregados operadores argumentativos que orientam a defesa do ponto de vista, circunstâncias de ângulo e verbos de elocução. |
| 4 | Reiteração e/ou apresentação de sugestões | A tese é retomada, e o leitor é convocado pelo escritor a refletir sobre a pertinência da tese defendida. Isso pode ocorrer de duas maneiras: i) apresentação de solução para o problema debatido ou ii) síntese da posição defendida. Geralmente, são usados conectores que indicam conclusão, adjetivos e advérbios que retomam/reforçam a tese defendida. |

Fonte: ECKERT, G. P.; PINTON, F. M., 2015.

² O movimento retórico é “uma unidade discursiva ou retórica que realiza, dentro do discurso escrito ou falado, uma função comunicativa coerente” (SWALES, 2004, p. 228) com seu propósito comunicativo e “não se identifica necessariamente por um período gramatical, enunciado ou parágrafo claramente delimitados” (BIASI-RODRIGUES; BEZERRA, p. 237). Ou seja, eles são “altamente flexíveis em termos de sua realização linguística” (SWALES, 2004, p. 229).

Cada um desses movimentos contribui para que o propósito comunicativo seja alcançado. Dessa forma, além de mobilizarmos argumentos que sustentem nossa posição, é fundamental que os demais movimentos retóricos estejam bem desenvolvidos a fim de que a tese seja aceita pelo público leitor.

Para compreender melhor a organização retórica do gênero, leia o texto *Os jovens da geração Z não passam de consumidores da web* e sinalize, com caneta marca-texto, os movimentos constituintes do artigo de opinião com base nas perguntas norteadoras a seguir:

| | |
|--|--|
| Contextualização | O autor apresenta o tema? Como? A partir de um fato/evento motivador ou a partir de uma definição do problema? |
| Apresentação da tese | Qual é a posição do autor? A favor ou contra? O que é defendido pelo autor? |
| Defesa da tese | Como o autor defende a sua posição? Quais argumentos são empregados pelo articulista? |
| Reiteração e/ou apresentação de sugestões | O autor apresenta uma frase que sintetiza sua posição? O autor apresenta sugestões para o problema? |

Fonte: ECKERT, G. P.; PINTON, F. M., 2015.

Os jovens da geração Z não passam de consumidores da web

Jovens de 12 a 18 anos não sabem criar uma pasta para salvar arquivos. Uma geração tecnológica, #SQN!

03/07/2018 | Leandro de Araújo

Educador e fotógrafo

Quando iniciei a jornada pelas tecnologias educacionais, há 19 anos, lembro que uma das expectativas que pais e educadores mantinham era a de que em alguns anos não precisaríamos ensinar informática às crianças e jovens, pois teriam o mundo digital inserido em suas vidas de forma tão natural quanto assistir TV era naquele longínquo 1999. Sequer imaginávamos

o tamanho da revolução que a internet massificada traria, nem os impactos na questão comportamental, nas comunicações e no ensino.

Há duas décadas a “internet discada” impunha limitações que tornavam quase proibitiva uma pesquisa por mídias. Games online, download de aplicações e conteúdo em streaming nem eram objetos de interesse de jovens. O que queriam era saber “usar o computador”. Entenda-se explorar o sistema operacional, dominar as ferramentas para edição de textos, apresentação e planilhas eletrônicas, enviar um e-mail.

O tempo passou e algo surpreendente paradoxal aconteceu. Os jovens da geração Z (nascidos entre 1990 e 2010) cresceram praticamente nadando em tecnologia, mas como receberam tudo pronto das gerações X e Y (entre 1960 e 1990), não passam de consumidores da web. É assustador perceber que jovens de 12 a 18 anos não sabem criar uma pasta para salvar arquivos. Formatar uma página de documento também não está entre suas habilidades, nem enviar um e-mail com anexo. É uma geração viciada e dependente de apps, maravilhas digitais que trazem soluções prontas para quase tudo.

Com a dissociação do ensino básico de informática das práticas pedagógicas curriculares nas escolas, tecnologia para o jovem virou sinônimo de smartphones, games e redes sociais. A geração que tornou o computador um objeto doméstico, via-o como um caminho para o conhecimento.

Há algo de saudosista em lembrar que as crianças nos anos iniciais, em 1999, tinham noções de lógica e programação nos primórdios da informática educativa. Contudo, percebendo as dificuldades que os jovens têm quando chegam à graduação, simplesmente para “usar o computador”, temos a perfeita noção de que erramos em alguma coisa no caminho.

Fonte: Portal Gaúcha ZH.

Agora que você identificou cada movimento retórico, responda às questões da página seguinte a fim de sistematizar seu conhecimento.

 1) Como o articulista contextualiza o tema para o leitor?

 2) Que fato ou evento motivou a produção desse artigo de opinião?

 3) Que argumentos são utilizados pelo autor para defender sua posição?

 4) Há no texto uma frase que sintetiza a conclusão? Em caso afirmativo, transcreva a frase no campo abaixo.

Importante!



Para defender nossa posição frente a um tema polêmico, precisamos **organizar nossa defesa**. Como fazemos isso? Leia a explicação a seguir para saber como **selecionar argumentos adequados ao seu público!**

Ao escrever um artigo de opinião, o articulista procura utilizar argumentos consistentes e bem fundamentados que visam interferir na opinião de seus interlocutores. Esses argumentos devem expor aos leitores quais razões levaram o autor a assumir determinada posição.

Um artigo de opinião que aborda um tema a respeito da situação econômica do país, por exemplo, deverá conter dados estatísticos; um articulista, para defender uma lei que está sendo criada, precisa apresentar situações em que a sua aplicação trouxe melhorias, e assim por diante. É preciso trazer vozes de especialistas no assunto, exemplificar fatos ocorridos que se relacionem diretamente com a questão abordada; apresentar provas; referir-se conscientemente a valores éticos ou morais envolvidos na questão, além de explicitar a relação de causa e consequência, entre outros.

Para isso, é fundamental que você (re)conheça alguns tipos de argumentos que o articulista pode mobilizar para defender a sua tese. Acompanhe o quadro que segue.

| ARGUMENTOS | DEFINIÇÃO |
|--------------------------|--|
| De autoridade | Reproduz a voz de um especialista, uma pessoa respeitável ou uma instituição de pesquisa considerada autoridade no assunto para dar credibilidade ao seu argumento. |
| De causa e consequência | Apresenta as causas que explicam fatos ou efeitos resultantes de um acontecimento. |
| De exemplificação | Relata um fato ocorrido com o autor ou outra pessoa para comprovar que o argumento defendido é válido. |
| De generalização | Expõe uma conclusão baseada no estudo de um conjunto significativo de exemplos. |
| De analogia e semelhança | Apresenta a semelhança entre termos ou recursos comuns em fenômenos. Trata-se da similitude de relações, cuja função é passar de um caso específico para outro semelhante. |
| De comparação | Confronta ou relaciona diversos elementos ou fenômenos. Às vezes as comparações se efetuam por oposição; outras podem manifestar-se mediante o uso do superlativo. |
| De provas | Apresenta informações incontestáveis: dados estatísticos, fatos históricos e acontecimentos notórios. |

Adaptado de: MATEUCCI, Norma. (2013)

Para praticar um pouquinho, classifique os argumentos a seguir, conforme os tipos de argumentos estudados.

“

“Para o especialista, que é professor em crimes eletrônicos, o cyberbullying pode e deve ser reprimido e punido. O que se discute hoje é a responsabilidade dos pais sobre os atos que seus filhos cometem na internet: “O que pode parecer uma brincadeira inocente é uma dor e cabeça para os pais, e pode se tornar um crime e causar sérias consequências”, alerta ele.”



Disponível em: <www.opiniaoenoticia.com.br>. Acesso em: jul. 2019.

“

“O caso mais célebre e recente foi a prisão da norte-americana Lori Drew. Ela foi condenada pela morte da jovem Megan Meier, de 13 anos, que cometeu suicídio depois de sofrer perseguição e agressões psicológicas frequentes pela internet.”



Disponível em: <www.opiniaoenoticia.com.br>. Acesso em: jul. 2019.

“

“A preocupação de professores e famílias reside no fato de que os insultos virtuais podem se espalhar rapidamente, contaminando todas as pessoas que conhecem a vítima. E além das ofensas direcionadas a outros colegas, também pode haver comunidades criadas nas redes sociais, manifestando um certo repúdio às autoridades da escola e professores, utilizando palavras de baixo calão e xingamentos. Assim, as escolas podem e devem identificar e punir os alunos envolvidos. Os pais devem estar atentos ao que seus filhos se conectam na internet e para que a utilizam.”



Disponível em: <www.jornaldigital2006.wordpress.com>. Acesso em: jul. 2019.

“

“No Brasil, um em cada cinco adolescentes pratica bullying, segundo dados do IBGE apurados em 2012. Outra pesquisa, realizada pela ONG Plan Brasil em 2010, mostrou que 10% dos alunos de escolas públicas e particulares disseram ter sofrido com o bullying.”



Adaptado de: <www.revistagalileu.globo.com>. Acesso em: jul. 2019.

Leia os textos a seguir para debater e tomar posição sobre o tema cyberbullying.

Cyberbullying: até que ponto os avanços tecnológicos têm sido uma evolução social?

Texto 1

O número de denúncias de pessoas que sofreram cyberbullying cresceu significativamente em 2016. Foram registradas 312 denúncias de casos de cyberbullying no país, bem mais do que os 265 de 2015.

Fonte: SaferNet, 2016. (ONG em defesa e promoção dos direitos humanos na internet)

Texto 2

Reportagem | Cyberbullying: uma ameaça digital

Você recebe uma foto constrangedora de um colega e, sem pensar, compartilha com os amigos. Alguém faz uma piada com outro amigo no Facebook, e você não vê problema em curtir, comentar e repercutir. A “zoeira” não tem limites, né? Por trás de brincadeiras aparentemente inocentes, pode haver um comportamento social perverso. Quando os envolvidos são jovens e crianças, o problema aumenta. As agressões podem trazer consequências irreversíveis para seu desenvolvimento e, em casos extremos, levar ao suicídio.

Segundo Ângela Marin, professora da pós-graduação em Psicologia da Unisinos, espera-se que crianças e adolescentes se tornem mais maduros emocionalmente e consigam lidar melhor com seus sentimentos à medida que se desenvolvem. “Isso possibilita que direcionem seu foco para outras atividades, dentro e fora da escola”, explica.

Em tempo de internet, a falta de maturidade emocional tende a gerar agressões ainda mais fortes. Afinal, a rede oferece agilidade e alcance para difamar qualquer pessoa, e o fato de estar escondido atrás de um computador, com a ilusão de que não será descoberto, torna o agressor mais ousado e impiedoso.

“O bullying é um fenômeno que tem sido associado à depressão e à baixa autoestima, bem como a problemas na vida adulta relacionados a comportamentos antissociais, instabilidade no trabalho e relacionamentos afetivos pouco duradouros”, observa a pesquisadora. Além disso, salienta que, quando o bullying ocorre na infância, pode agravar problemas já existentes ou desencadear novos. Transtornos psicológicos e dificuldades de aprendizagem são efeitos comuns. “Há uma associação entre quadros graves de depressão e bullying que pode levar as vítimas a cometer suicídio”, alerta Angela Marin.

Para se ter uma ideia do tamanho do problema, uma pesquisa comandada por especialistas das universidades britânicas de Sheffield e Nottingham mostra que 80% dos entrevistados passaram por, pelo menos, uma situação constrangedora de cyberbullying no trabalho.

Mas o alto índice de pessoas atingidas por essa prática não é uma exclusividade de países que já convivem com a tecnologia há mais tempo. No Brasil, um em cada cinco adolescentes pratica bullying, segundo dados do IBGE apurados em 2012. Outra pesquisa, realizada pela ONG Plan Brasil em 2010, mostrou que 10% dos alunos de escolas públicas e particulares disseram ter sofrido com o bullying.

Punir é possível

Um dos principais problemas para a vítima de cyberbullying na hora de denunciar é a dificuldade de reconhecer o agressor, que normalmente se esconde por trás de perfis falsos e de contas fictícias de e-mail para difamar, ridicularizar e humilhar seus alvos.

Mas, conforme as tecnologias avançam, surgem novas medidas de proteção às vítimas, o que tende a diminuir a impunidade. “Tudo deixa rastro. É possível mapear as comunicações virtuais, mediante autorização judicial. Isso ocorre muito em casos de ofensas pelas redes sociais”, exemplifica a delegada e professora de Direito da Unisinos Elisangela Reghelin. “Os vestígios do crime permanecem, mesmo que apagados o perfil”, garante.

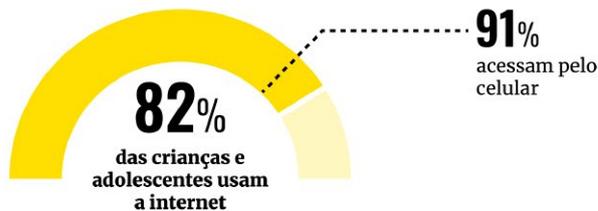
Ela ressalta a importância de denunciar o cyberbullying para que o agressor seja punido. “É necessário que a vítima procure a Delegacia da Polícia mais próxima e faça o registro. O registro dos casos de crimes pela internet em cartório é um importante mecanismo de prova. A vítima poderá tomar

tais medidas a qualquer tempo, ainda que nem saiba a autoria das agressões”, acrescenta Elisângela.

A legislação brasileira prevê uma pena de até dois anos de detenção, dependendo do crime praticado na internet – os crimes menos graves, como invasão de dispositivos, podem ser punidos com prisão de três meses e um ano, além de multa. O mesmo ocorre se o delito envolver a divulgação, comercialização ou transmissão a terceiros, por meio de venda ou repasse gratuito, do material obtido com a invasão.

Adaptado de: <www.revistagalileu.globo.com>. Acesso em: jul. 2019.

Texto 3

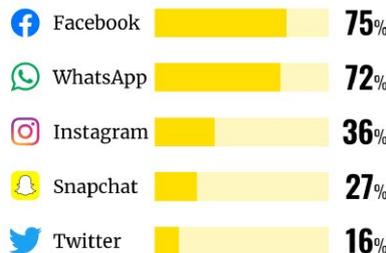


O que fazem

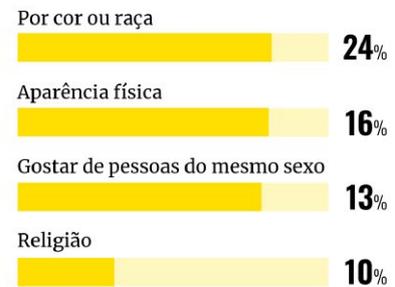


As mais populares

(entre 9 e 17 anos)



Viram alguém ser discriminado

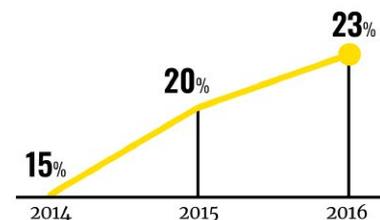


Redes sociais

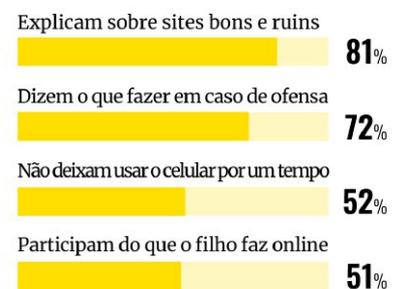


Riscos

Crianças e adolescentes que foram tratados de forma ofensiva na internet



Ação dos pais



Fonte: Tic Kids Online 2016. (Visual adaptado).

Vozes no texto

Tudo que falamos e escrevemos está sempre incorporado do discurso do outro. Em relação à prática argumentativa, as vozes discursivas são fundamentais para a seleção e elaboração dos argumentos que sustentem, fundamentalmente, o posicionamento do autor. Esse posicionamento se constitui do embate entre muitas vozes sociais, geradas em um universo responsivo caracterizado “pela posição do autor como regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico” (BEZERRA, 2005, p. 194). Tomando por base esse princípio, a escrita do texto argumentativo requer constante referência ao discurso do outro, assumindo formas e funções diversas.

No artigo de opinião, podem ser empregados os seguintes tipos de discurso:

| TIPOS DE DISCURSO | DEFINIÇÃO |
|--------------------------|---|
| Discurso citado | <i>“Nosso problema é a falta de investimentos sérios e consistentes em educação”, argumenta. “Um investimento mais sólido talvez não mude o cenário de aceitação da teoria evolutiva, mas certamente modificaria o quadro de desinformação com relação a ela”.</i> Fonte: Revista Ciência Hoje, maio, 2015. |
| Discurso relatado | <i>O pesquisador argumentou que o problema é a falta de investimentos em educação.</i> Fonte: Revista Ciência Hoje, maio, 2015. (Adaptado) <i>Para os pesquisadores que avaliaram as respostas, o motivo da discrepância entre os resultados brasileiros e italianos está mais relacionado à forma como o conteúdo é apresentado nas escolas do que a fatores externos.</i> Fonte: Revista Ciência Hoje, maio, 2015. |

Para sinalizar a presença de um discurso citado ou relatado, é necessário empregar recursos linguísticos e/ou tipográficos característicos do gênero discurso que está sendo produzido. Por exemplo, em um conto, o discurso citado é introduzido pelo recurso tipográfico travessão, indicando a voz de um personagem. No contexto do artigo de opinião, para demarcar a voz do outro no discurso citado empregamos, geralmente, o recurso das aspas. No discurso relatado, por sua vez, empregamos os verbos de elocução seguidos da palavra que. A seguir, apresentamos formas de introduzir do discurso do outro.

| FORMA | DEFINIÇÃO / FUNÇÃO |
|-----------------------|--|
| Verbos introdutores | Sinalizam a presença de outra fala no interior do discurso citado. |
| Recursos tipográficos | Indicam que a parte destacada não é assumida pelo locutor, delimitando explicitamente o discurso citado. |
| Grupos preposicionais | Assinalam a mudança do ponto de vista, introduzindo o discurso citado ou o discurso relatado. |
| Verbo dicendi + que | Introduz um discurso citado indireto e também uma forma híbrida de discurso (citado e relatado). |

Fonte: Adaptação de Nascimento; Bessa e Bernardino (2014, p. 30).

Para verificar o funcionamento das vozes externas em artigos de opinião, observe as diferentes formas de introduzir o discurso do outro nos fragmentos a seguir.

Legenda: ● Discurso citado ● Discurso relatado

Utilizado para introduzir um discurso relatado

Segundo Angela Marin, professora da pós-graduação em Psicologia da Unisinos, espera-se que crianças e adolescentes se tornem mais maduros emocionalmente e consigam lidar melhor com seus sentimentos à medida que se desenvolvem. “Isso possibilita que direcionem seu foco para outras atividades, dentro e fora da escola”, explica.

Recurso tipográfico “aspas” e verbo dicendi utilizado para indicar a presença do discurso citado

Objetivamente, o presidente norte-americano retoma um argumento ultrapassado e raso, ignorando décadas de produção científica, quando diz que limitar a emissão de gases de efeito estufa implica desemprego, pois fábricas seriam potencialmente fechadas.

Verbo dicendi + que, utilizado para introduzir o discurso relatado

O artigo de opinião pressupõe um jogo discursivo em que o produtor precisa antecipar posicionamentos contrários à sua tese. Para isso, pode recorrer às vozes externas para refutá-las, instaurando um processo denominado **contra-argumentação**. Observe o exemplo a seguir para entender esse processo.

→ *Posicionamento contrário à tese*

Pelo novo texto [Código de Trânsito Brasileiro], o condutor poderá cometer cinco infrações gravíssimas ou até sete graves sem punição além da multa. [...]

Alguns argumentam que esses motoristas já estarão sendo punidos com a multa e que seria exagero deixar uma pessoa sem carteira, muitas vezes, sem poder exercer sua profissão.

Mas o sistema de pontos, especialmente em um país desigual como o Brasil, tem um papel importantíssimo como complementar a penalidade. Principalmente porque o motorista suspenso deve passar por um processo de reciclagem, que prevê 30h de curso, onde será submetido a uma atualização de seus conhecimentos sobre trânsito ao mesmo tempo que será sensibilizado para mudar sua conduta ao volante.

→ *Contra-argumento*

Disponível em: <www.gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/>. Acesso em: jul. 2019.

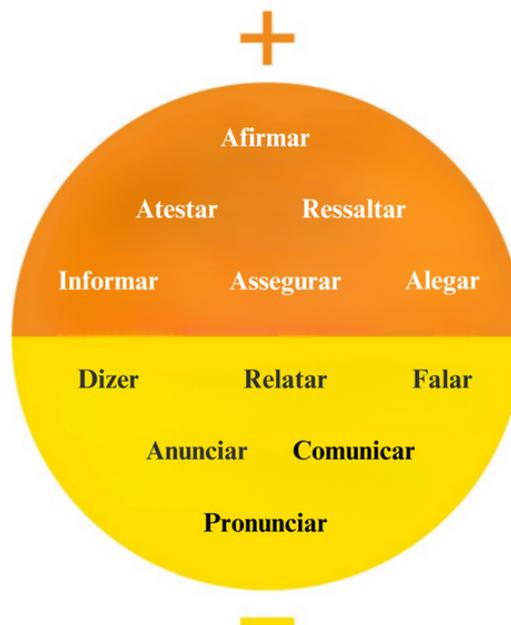
Além do recurso da contra-argumentação, o articulista pode mobilizar vozes que confirmem e/ou reforcem sua tese. Esse recurso está diretamente relacionado ao argumento de autoridade. Ao trazer para o texto uma voz de autoridade, o articulista tem por objetivo convencer o interlocutor de que seu ponto de vista tem o respaldo de um especialista no assunto abordado, tornando o contraponto do interlocutor menos aceitável.

Argumento de autoridade

Autor do estudo “O futuro climático da Amazônia”, **Antônio Nobre** ressaltou que se não houver esforços urgentes para zerar o desmatamento a produção também será cada vez mais prejudicada. [...] “O desmatamento não interessa a ninguém. A remoção das florestas, ameaçando as chuvas e o clima, não derrotaria somente a competitiva agricultura; falta (ou excesso) de água afeta a produção de energia, as indústrias, o abastecimento das populações e a vida nas cidades”, pontuou Antônio Nobre.

Disponível em: <<https://www.olhardireto.com.br/>>. Acesso em: jul. 2019.

Para que seus argumentos tenham credibilidade, é necessário a utilização de verbos de elocução com maior força argumentativa. Para isso, é importante a utilização dos verbos presentes na parte laranja do círculo.



Leia os fragmentos de texto para verificar em que medida os verbos escolhidos pelos produtores possuem força argumentativa.

“

Fragmento 1

“Muitos defendem que a educação seria a solução desse problema, mas muitos jovens infratores não querem estudar, nem se dedicar ao ensino de sala de aula que poderia sim fazer a diferença na vida dos infratores.”

“

Fragmento 2

“Apenas 0,5% dos homicídios são cometidos por jovens, mesmo assim 92% dos brasileiros acham que eles deveriam ir para o sistema adulto, onde há um déficit de 256 mil vagas por conta do encarceramento em massa.”

“

Fragmento 3

“Estudos apontam que nos Estados Unidos e Alemanha que já tem essa lei não diminuíram os atos infracionais”

👉 Preencha as lacunas com os três verbos destacados, conforme sua força argumentativa.



Importante!



Não basta prestar atenção somente nos verbos. É importante **refletir sobre os participantes que estão interagindo**. Observe a situação discursiva a seguir: nomes genéricos e objetos semióticos combinados com verbos como *defender*, *mostrar*, *apontar*, *indicar*, *achar* e *falar*; nomes de pessoas combinados com verbos como *dizer* e *afirmar*.

Muitos jovens defendem que seria positiva redução da maioria.

Nomes genéricos ← Verbo com alta carga argumentativa

Vários estudos apontam que adolescentes não tem uma formação cerebral completa para assumir seu atos.

Objeto semiótico ← Verbo com forte carga argumentativa

O advogado Miguel Nagib afirma que o Escola Sem Partido não tem e não quer impor pontos de vista morais.

Nome da pessoa ← Verbo com forte carga argumentativa



A combinação de nomes genéricos (pessoas, jovens) com verbos, como *mostrar* e *defender*, pode fragilizar a construção da sua tese do autor. Em qual situação a combinação de nomes e verbos apresenta maior força argumentativa? Por quê?

| NOME | VERBO |
|---|----------|
| A Base Nacional Comum Curricular | diz |
| Lenise Garcia | afirma |
| Uma pesquisa realizada pelo instituto CNT/MDA | indicou |
| Muitas pessoas | defendem |

Leia os textos produzidos por alunos do ensino fundamental a fim de verificar se o emprego dos discursos relatado e citado está adequado ao objetivo do artigo de opinião. Antes de iniciar a atividade, sugerimos que leia o comando motivador da proposta de produção³ a seguir:

Em 2015, houve uma polêmica acerca da proposta de lei que prevê a Escola sem Partido. Como se trata de um tema controverso. A seguir apresentamos diferentes posicionamentos sobre o tema.

“O projeto Escola sem partido é um instrumento de luta política que visa redimensionar o ensino em sala de aula e, seguramente, impedir que professores (...) questionem a ordem política estabelecida. É uma velha questão relativa ao mundo escolar: para que serve a educação? Para conformar os jovens às estruturas de poder da pólis ou prepará-los para que a utilizem de forma dinâmica, transformando-as, se assim acharem necessário?”

Vitor Biasoli, professor universitário e cronista.
(Disponível em: <http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br>)

³ Proposta inspirada na prova de redação do vestibular/2015 da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

“Acreditar que existe educação “neutra” é ingenuidade. Mas é possível, sim, abordar os mais diversos temas e autores de forma instigante e, ao mesmo tempo, respeitosa da autonomia do estudante, estimulando-o a fazer uma leitura crítica da realidade e, com liberdade e consciência, se posicionar como cidadão. Professores com ética e bom senso fazem isso todos os dias”

Andrea Ramal, professora. (Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/blog/andrea-ramal/post/escola-sem-partido-doutrinação-nunca-perseguição-ideológica-jamais.html>)

“O que seria a tão falada, e pouco explicada “escola sem partido”? Basicamente, trata-se de uma falsa dicotomia, pois não diz respeito à não partidarização das escolas, mas sim à retirada do pensamento crítico, da problematização e da possibilidade de se democratizar a escola, esse espaço de partilhas e aprendizados ainda tão fechado, que precisa de abertura e diálogo”

Cleomar Manhas, educadora (Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/escola-sem-partido-escola-silenciada-por-cleomar-manhas/>)

“Os estudantes são prejudicados por serem obrigados a permanecer em sala de aula, enquanto os professores se beneficiam dessa condição. A partir do momento em que o professor se aproveita dessa circunstância não para falar de forma parcial equilibrada, mas para promover as suas próprias preferências, ele está violando a liberdade de consciência e de crença dos alunos”

Miguel Nagib, advogado e líder do movimento Escola sem Partido. (Disponível em: <http://www.ebc.com.br/educacao/2016/07/o-que-e-o-escola-sem-partido>).

Agora que você leu textos com diferentes posicionamentos acerca deste tema controverso, chegou a sua vez de se posicionar! Para isso, escreva um artigo de opinião para ser publicado no jornal de sua cidade. Considerando o contexto de veiculação de seu texto, empregue a norma-padrão. O artigo, incluído o título, deve ter, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas.

Sinalize nos textos o emprego das vozes externas, caso houver, e justifique se elas estão bem empregadas. Além disso, verifique se os recursos linguísticos e tipográficos para introduzi-las estão empregados de maneira adequada.

Sem filiação partidária

Escola sem Partido é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo. Como membros da comunidade escolar – pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais –, não podemos aceitar esta situação. O advogado Miguel Nagib afirma que o Escola Sem Partido não tem e não quer impor pontos de vista morais. “Em matéria de educação religiosa e moral, vale o princípio: meus filhos, minhas regras. Nós não queremos impor a nenhuma família uma maneira de agir em relação a seus filhos. Mas também não aceitamos que a escola venha fazer isso”, afirma.

Segundo Nagib, os estudantes são prejudicados por serem obrigados a permanecer em sala de aula, enquanto por outro lado, professores se beneficiam dessa condição: “A partir do momento em que o professor se aproveita dessa circunstância não para falar de forma parcial equilibrada, mas para promover as suas próprias preferências, ele está violando a liberdade de consciência e de crença dos alunos”, explica o coordenador do movimento.

A questão de uma escola sem partido é proibir que professores comunistas implantem na cabecinha oca de crianças em formação e de adolescentes rebeldes uma ideologia política. Ninguém vai proibir de se discutir o evolucionismo, abolição, comunismo, socialismo ou qualquer outra do tema referente. O que já passou da hora de se proibir são professores fazendo cena em sala de aula e punindo alunos por não seguir a sua ideologia política.

Uma nova ideia para o aprendizado!

O projeto Escola sem Partido está sendo bastante discutido nas escolas, mas afinal o que é Escola sem Partido é um instrumento que visa redimensionar o ensino em sala de aula, impedir que professores questionem a ordem política estabelecida.

Os estudantes são prejudicados por serem obrigados a permanecer em sala de aula enquanto os professores falam sobre política. Os alunos entendem que eles estão se defendendo falando que tal partido é bom e tal partido é ruim, mas eles também têm que entender que estão violando a liberdade de consciência e crença dos alunos. A escola sem partido pode ter alguns riscos como, se a escola for neutra e meramente uma extensão do espaço doméstico, não formará indivíduos mais capazes de lidar com o mundo que é complexo. Portanto, o único objetivo do Programa Escola sem Partido é informar e conscientizar os estudantes sobre os direitos que correspondem àqueles deveres, a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desses direitos, já que dentro das salas de aula ninguém mais poderá fazer isso por eles.

Sou favorável a essa ideia pois só assim o aluno vai ter direitos de se expressar e vai poder se defender diante de um determinado assunto, retirar pensamentos críticos, da possibilidade de se democratizar na escola. Os professores que fizerem qualquer tipo de doutrinação política nas escolas, devem ser responsabilizados pelos seus atos por lei. O aluno deve estimular uma leitura crítica da realidade e com liberdade e consciência de se posicionar como cidadão. Os alunos querem evolução em suas escolas, um jeito novo de aprender para poder ter um futuro melhor em suas vidas.

Escola sem Partido: os dois lados da moeda

Escola sem partido é um assunto que gera muita polêmica e devemos primeiro olhar os dois lados da moeda. Mas primeiro, o que é escola sem partido? O Programa Escola sem Partido é uma proposta de lei que torna obrigatória a afixação em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio de um cartaz. Nesse cartaz estaria escrito os deveres do professor(a) na sala de aula dizendo o que ele pode ou não fazer.

De um lado, quem é favorável ao projeto defende que professores sejam responsabilizados por lei caso tentem fazer qualquer tipo de “doutrinação” nas escolas. Do outro, os críticos aos textos argumentam que a via legal não é o melhor caminho para resolver os supostos casos de propagação ideológica em sala de aula, e que a adoção do programa prejudicaria a formação de um cidadão crítico, retirando da escola seu papel de espaço para a promoção do debate. Eu sou contra essa iniciativa, pois a meu ver tira a liberdade do aluno de ter sua própria opinião sobre qualquer assunto debatido em aula.

Pense bem, se o professor não traz um assunto para debate em sala de aula o aluno talvez nem saiba dele, se você não deixar o aluno tirar suas próprias conclusões sobre o que é certo ou errado, ele vai se tornar um cidadão sem opinião, sem nexos. Os professores(as) sempre tentam trazer um método novo de ensinar e tornar a aula mais atrativa para o aluno, a “Escola sem Partido” acaba individualizando as aulas, tornando-as menos atraentes para o aluno, que não vai querer mais assisti-las.

“Além de não assumir sua mensagem conservadora, camuflada em suposto pluralismo, o Escola Sem Partido quer evitar um pensamento crítico. Quer uma escola medíocre. Afirma uma ideologia pautada em um fundamentalismo cristão evitado até pelo Papa Francisco, diante das possibilidades de um papado que sucedeu o ultraconservador Bento XVI”, afirma Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A Escola sem Partido por mais que não admita, quer individualizar as aulas e (pelo menos no que eu vejo em minha vida de aluno) o que os alunos querem é evolução, eles querem modernização das aulas, um jeito novo de aprender em que eles possam dizer do que gostam, do que não gostam e acima de tudo expor o que querem para suas vidas.

Agora que você já refletiu sobre o funcionamento das vozes em artigos de opinião, vamos praticar um pouquinho? Qual é a sua posição sobre a Escola sem Partido? Para saber um pouco mais sobre o tema, acesse os códigos a seguir:



Para defender sua posição, construa dois argumentos com base nos textos disponíveis. Lembre-se de retornar aos tipos de argumentos estudados e, especialmente, aos conhecimentos construídos sobre funcionamento de vozes em artigo de opinião.

 **Argumentos para defender a posição:**

 **Contra-argumento:**

Agora chegou o momento de revisar seus argumentos! Para isso, observe os critérios a seguir:

- a) Os verbos empregados possuem força argumentativa?
- b) O participante combina com o verbo de maneira a fortalecer a sua posição?
- c) Os recursos tipográficos e/ou linguísticos para introduzir a voz de outro foram empregados de forma adequada?

Importante!



Ao defender uma posição, deve-se **respeitar o interlocutor**, mantendo princípios **éticos** e **cidadãos**. Isso significa assumir uma postura de **polidez**, ou seja, evitar afirmações negativas que possam agredir grupos sociais, pessoas ou ideias contrárias às defendidas pelo articulista. Além disso, é importante modalizar a posição, reconhecendo outras vozes. Para isso, empregue recursos linguísticos modalizadores (possivelmente, talvez, provavelmente) que atenuem a posição e reconheçam outros pontos de vista.

Artigo de opinião sobre o projeto “Escola sem partido”

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____

Articulação

A coesão é a propriedade pela qual se cria e se sinaliza toda espécie de ligação, que dá ao texto unidade e sentido. A função da coesão é criar, estabelecer e sinalizar os laços que deixam os vários segmentos do texto articulados. Nesse sentido, a função da coesão é promover a continuidade do texto (ANTUNES, 2005).



Para compreender como funciona a articulação das ideias, leia o artigo de opinião “Idade penal e pensamento mágico” e preencha as lacunas com os conectores dispostos abaixo.

por isso

porque

mas

quando

para

se

ou

Idade penal e pensamento mágico

Marcos Rolim

Jornalista, sociólogo, professor universitário e consultor em segurança pública e direitos humanos

1 A cada vez que um crime abala a opinião pública, a maioria dos
2 políticos repete que é preciso aumentar as penas. Duas são as razões
3 esboçadas: combater a impunidade e desencorajar a prática delituosa.
4 Infelizmente, a impunidade não guarda relação com a gravidade das penas.
5 Aperfeiçoar regras processuais pode ser útil, _____ aumentar
6 _____ diminuir penas em nada altera as taxas de esclarecimento
7 dos crimes. A impunidade é o resultado da ausência da prova robusta, sem
8 a qual magistrado sério não condena. _____, para superar a
9 impunidade é preciso investir em inteligência policial e em perícia técnica.
10 Imaginar que penas mais graves possam alterar condutas, por outro lado,
11 é sobrevivência de pensamento mágico. As razões são conhecidas há 250
12 anos, desde que Beccaria assinalou que “não é o rigor do suplício que
13 previne os crimes, mas a certeza do castigo”. Ora, se há Estados onde as
14 taxas de esclarecimento de homicídios estão abaixo de 5% (em cada 100
15 homicídios, mais de 95 permanecem sem indiciamento) então de que

16 adiantaria aumentar as penas para homicídio? Os potenciais infratores
17 são desencorajados _____ percebem que as chances de serem
18 identificados são grandes. Quando intuem que dificilmente serão descobertos,
19 isso os estimula. É o que ocorre amiúde no Brasil; não _____
20 faltem penas, mas porque falta investigação de qualidade (outra razão, aliás,
21 pela qual a PEC 37 que pretende que só as Polícias Civis e a Polícia Federal
22 possam realizar investigação criminal é um equívoco histórico).

23 O tema da maioridade penal é um dos momentos em que o pensamento
24 mágico se acasala com a demagogia. Os que propõem a redução da idade penal
25 deveriam começar por explicar porque a curva de crimes violentos alcança seu
26 pico entre 21 e 24 anos em todos os países, independentemente da idade penal.

27 Ou seja: _____ o início da responsabilização penal
28 contribuisse _____ reduzir as práticas delituosas, seria de se
29 esperar, logicamente, que houvesse menos crimes a partir daquele ponto (18
30 anos no Brasil e na grande maioria dos países). O que ocorre é exatamente o
31 inverso. Os crimes seguem aumentando após os 18 anos até um ponto entre
32 os 21 e 24 anos quando, então, caem consistentemente. Reduzir a idade
33 penal só faria com que os jovens que hoje encaminhamos para a Fase e suas
34 congêneres fossem mandados para os “cuidados” das facções criminais
35 que se organizam nos presídios, o que seria um serviço inestimável para
36 o crime. Outra coisa, bem diversa, é aumentar o limite de internação para
37 adolescentes de perfil agravado.

38 Nesses casos, o teto de três anos previsto pelo ECA não se sustenta.
39 Não parece justo diante dos fatos mais graves, que adolescentes assumam
40 crimes que não cometeram. Em países como Espanha, Alemanha, Chile e
41 Colômbia, os limites de privação de liberdade juvenil alcançam oito e 10
42 anos, com a devida separação dos jovens adultos. Por este caminho, seria
43 possível corrigir determinadas distorções, especialmente se investirmos
44 na socioeducação. Depois, poderíamos retomar o debate sobre o que é
45 mais importante.

Disponível em: <www.clicrbs.com.br/opiniaozh>. Acesso em: jul. 2019. (Adaptado)

Importante!



Articular significa **estabelecer relações** entre as **orações, períodos e parágrafos!** Para isso, usamos, normalmente, conjunções, por exemplo: *mas, portanto, e, quando, se, ou, apesar de, ainda que*, entre outras. O importante é estabelecer as relações lógico-semânticas de forma adequada.

 Após preencher as lacunas, vamos identificar que sentido foi expresso pelos conectores no texto?

- | | |
|---------------------------------|---------------------------|
| (1) Condicionalidade | () “porque” da linha 19 |
| (2) Temporalidade | () “para” da linha 28 |
| (3) Finalidade | () “ou” da linha 6 |
| (4) Oposição ou contraste | () “quando” da linha 17 |
| (5) Justificativa ou explicação | () “mas” da linha 5 |
| (6) Alternância | () “se” da linha 27 |
| (7) Conclusão | () “por isso” da linha 8 |

 Na tabela abaixo, mencione quais outros conectores podem ser usados – mantendo o mesmo sentido –, para preencher as lacunas da atividade das páginas 44 e 45.

| CONECTORES | OUTROS POSSÍVEIS CONECTORES |
|-------------------|-----------------------------|
| “para” (l. 28) | |
| “ou” (l. 6) | |
| “quando” (l. 17) | |
| “porque” (l. 19) | |
| “mas” (l. 5) | |
| “se” (l. 27) | |
| “por isso” (l. 8) | |

 Retorne à atividade (página 30) em que você formulou uma tese sobre *Cyberbullying* e elaborou argumentos para defendê-la. Agora chegou o momento de articulá-los, empregando os operadores argumentativos adequados à sua defesa.

Importante!



Além da relação entre as orações, períodos e parágrafos, é importante manter a **unidade de sentido** do seu texto. Para isso, usamos outro recurso de coesão: a **reiteração dos termos** no texto. Assim, se o texto aborda os problemas vivenciados pela escola brasileira, é provável que a palavra escola apareça várias vezes no texto. Para que não fique repetitivo, é necessário empregar outros recursos linguísticos como **pronomes**, **sinônimos** ou **termos mais genéricos**.

Para compreender o processo de reiteração, leia o texto da página seguinte e preste atenção nas escolhas feitas pela autora. Após, **destaque as palavras que retomam Michel Temer**.

Não foi gafe: Temer disse o que pensa sobre o papel da mulher

Rosane de Oliveira

Jornalista, colunista de Política de Zero Hora e comentarista na Rádio Gaúcha

Não há motivo para surpresa com as palavras do presidente Michel Temer na homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Um presidente que montou um ministério sem nenhuma figura feminina não está cometendo gafe quando faz um discurso para, supostamente homenagear as mulheres, e acaba por reforçar os estereótipos. O que ele diz é compatível com o que faz. Logo, coerente com o que, aos 76 anos, deve pensar sobre o papel da mulher.

Ao lado da mulher, Marcela, de 33 anos, Temer usou frases que reforçam a ideia de que nosso melhor papel na sociedade é o de dona de casa. Em vez de falar das empresárias que contribuem para a economia do país, ou das economistas que estudam e ensinam esses fenômenos, o presidente preferiu ressaltar a importância do nosso papel como fiscais de supermercado:

— Na economia, também a mulher tem grande participação. Ninguém é mais capaz de indicar os desajustes de preço no supermercado do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico.

Em vez de falar das conquistas das mulheres que hoje se destacam em todas áreas antes restritas aos homens, o político retrocedeu ao tempo da revolução industrial:

— Com a recessão indo embora, volta o crescimento, volta o emprego. Hoje, graças a Deus, as mulheres têm possibilidade de empregabilidade que não tinham no ano passado. Com a queda da inflação, dos juros, significa que também, além de cuidar dos afazeres domésticos, terá um caminho cada vez mais longo para o emprego.

Em outra passagem, talvez inspirada na composição de seu governo, o machista disse que a mulher ainda é tratada como se fosse uma “figura de segundo grau”. E emendou:

— Tenho convicção do quanto a mulher, pela minha criação, pela Marcela, faz pela casa, pelo lar, pelos filhos. Se a sociedade vai bem, se os filhos crescem, é porque tiveram adequada formação em suas casas e, seguramente, quem faz isso não é o homem, é a mulher.

A propósito, hoje o seu ministério tem duas ministras — a advogada-geral da União, Grace Mendonça, ascendeu ao posto com a queda de Fábio Medina Osório, logo no início do governo, e Luislinda Valois ganhou o cargo quando a Secretaria de Direitos Humanos recebeu status de ministério para diluir o impacto da recriação de uma pasta para garantir a Moreira Franco o foro privilegiado.

Estrela do ato, a primeira-dama, Marcela Temer, fez um discurso um pouco mais consistente do que o marido, lembrando que muitas lutas a serem vencidas pelas mulheres, como a rotina de violência sexual e física a que são submetidas:

— Nesse dia em que paramos para refletir nossas lutas e conquistas, é importante que a sociedade reconheça os vários papéis que nós exercemos e que nossas escolhas sejam respeitadas por todos, desde profissão ao nosso modo de vida.

Disponível em: <www.zh.clicrbs.com.br/rs/opiniao>.
Publicado em mar. 2017. Acesso em jul. 2019. (Alterado)



As escolhas realizadas pela autora para retomar o termo “Michel Temer” contribuem para representação positiva ou negativa do ex-presidente? Por quê?

Importante!



Ao retomar e/ou substituir um termo no texto, realizamos escolhas que podem **agregar informações** e podem **demarcar nosso posicionamento!**



Leia o artigo de opinião a seguir e preencha as lacunas para retomar “Meghan”, a fim de substituir o excesso do emprego desse referente.

O casamento de Meghan e Harry é mais sobre diálogo do que sobre contos de fadas

No altar, príncipe inglês e atriz americana promovem diálogo das nações com seu passado

Maria Fernanda Delmas

Educador e fotógrafo

Você pode não ser entusiasta de casamentos tradicionais e religiosos. Você pode achar “tão século retrasado” o fascínio despertado pela família real britânica. Mas o casamento de Harry e Meghan Markle, no fim das contas, nos diz muito menos sobre contos de fadas e muito mais sobre diálogo.

Uma _____ independente, que teve sua própria carreira e sua história de vida, que se acostumou a expressar suas convicções, decidiu entrar sozinha na igreja. No meio do caminho, _____ estendeu o braço generosamente ao pai do noivo, o príncipe Charles, e com ele foi até Harry. Um diálogo da mulher com suas escolhas.

Uma _____, orgulhosa de suas origens, entra para a família real de um país que foi profundamente ligado à escravidão. Um reverendo negro americano faz o sermão principal. Entoa Martin Luther King e cita um cântico dos negros do Sul dos Estados Unidos. Um diálogo das nações com seu passado.

Se alguém fizer uma nuvem de palavras do sermão do reverendo Michael Curry, é bem provável que uma das expressões de mais destaque seja “amor”. Perto dos noivos, Doria Ragland, negra, batalhadora, mãe de

_____, chora. Assim como chora Harry, em uma cerimônia em que teve lugar a fala da irmã da falecida mãe de Harry, Lady Di. Um diálogo da tradição com os sentimentos e a memória.

_____ usou pouca maquiagem, tinha os cabelos mais naturais e usou alta-costura, mas num estilo básico. _____ vestiu-se, na cerimônia, de Clare Waight Keller, uma estilista inglesa que é a primeira mulher à frente da maison francesa Givenchy. Um diálogo da noiva com seu estilo e suas crenças.

O casamento de _____ e Harry quebrou protocolos com suavidade. Estavam presentes, sem gritos, o feminismo, a memória da escravidão, a força da diversidade, os sentimentos aflorados.

Às vezes é preciso gritar, mas, hoje, não. O mundo estava prestando atenção e leu todos os sinais. Você pode não gostar de casamentos e de realeza. Mas este foi o dia em que vimos a sociedade dar um passo à frente em grande estilo.

Disponível em: <www.oglobo.globo.com>. Acesso em: jul. 2019.

Unidade 2

Produzindo um exemplar do gênero artigo de opinião

Ao longo deste material, tivemos a oportunidade de refletir sobre a organização e funcionamento do gênero textual artigo de opinião – desde o contexto de produção, circulação, consumo até a sua estrutura composicional –. Agora chegou a vez de produzir seu texto! Antes de iniciar a escrita do seu artigo, é indispensável planejá-lo, por isso:

- a) Defina seu ponto de vista;
- b) Elabore sua tese, ou seja, o que pretende defender em seu texto;
- c) Produza argumentos consistentes para defender a sua tese;
- d) Retome as etapas composicionais do gênero;
- e) Inicie o processo de escrita;
- f) Revise seu texto;
- g) Troque seu texto com o de seu colega;
- h) Revise o texto de seu colega, conforme orientações;
- i) Produza a versão que será entregue para o professor.

Seu texto será avaliado pelo seu professor! A cada versão, você receberá um bilhete com orientações para aprimorar sua escrita. Ao final, você terá produzido, no mínimo, duas versões de seu texto. Como meta final, reuniremos o seu texto com o de seus colegas para compor um *e-book*.

A seguir, apresentamos duas propostas de produção textual. Escolha o tema que julgar mais interessante!

Proposta de produção textual 1

Todos os anos, quando chega o verão, volta à tona a discussão sobre levar ou não nossos *pets* à praia. Movimentos pela liberação de cães na praia vêm ganhando força no Brasil. De acordo com o site Globo Rural (jun. 2019), Natal é a primeira cidade a estabelecer regras, e outras capitais, como Rio de Janeiro e Florianópolis, já têm projetos de lei em andamento acerca dessa questão. Por ser um tema polêmico e controverso, a população brasileira se divide em opiniões distintas sobre a liberação ou não de cães na praia. Convidamo-lo(a) a ler dois artigos de opinião e a manchetes de uma notícia publicada sobre o tema a fim de que você construa seu posicionamento.

Texto 1

O MAR NÃO ESTÁ PARA CACHORRO

MARCOS COSTA DA SILVA
Administrador
cocopoa@gmail.com



Com a elevação do número de cães que afloram em nossa orla marítima, voltam as discussões sobre a permissão ou não da presença do nosso melhor amigo à beira-mar.

São animais de várias raças, tamanhos e índoles, acompanhando seus donos nas ondas e nas brincadeiras na areia com bolas, discos e outros brinquedos. Cachorro de nascença, confesso me contagiar pela alegria dos bichos, soltos e livres e em contato com o mar. Vê-los correr e brincar é um deleite para os olhos.

Mas existe um denso aglomerado de pessoas por onde o cão brinca e passeia e existem leis municipais proibindo o acesso de cães na beira-mar.

Confrontados por alguns banhistas, os proprietários alegam que seus mascotes estão vacinados, vermifugados, contidos de forma segura e que a legislação municipal proibindo a presença dos bichos é retrógrada e desatualizada. Alguns alegam até o direito de ir e vir dos seus amiguinhos.

Eu prefiro olhar de outro ângulo: o da segurança das pessoas e dos animais.

Num dia cheio de gente, com crianças correndo e gritando, o ruído do mar, cornetas e chamadas de vendedores, calor escaldante, música alta, tudo isso cria um ambiente excitante para os cães, que pode levá-los a um comportamento imprevisível, como um ataque a uma criança.

Pense, veranista: Quantos cães com guia e focinheira você viu neste ano no mar?

Além disso, há o risco de contágio de doenças causadas ao homem, transmitidas por fezes e urina dos animais, sem contar vetores como pulgas e carrapatos, fa-

tos esses já debatidos e discutidos há décadas.

“Ah, mas meu pet é supervacinado”, pode alguém argumentar. Ora, num país como o nosso, em que as condições sanitárias e a saúde das pessoas são comumente negligenciadas, difícil acreditar que com os cães isso será diferente, que todos estejam com vacinas e vermífugos em dia e que haverá fiscalização suficiente dos órgãos de vigilância sanitária.

Isso sem falar dos cachorros de praia, aqueles abandonados, que não possuem nenhuma cobertura sanitária e que transmitem doenças tanto aos homens quanto aos outros cães.

Além disso, o que observo é que os próprios animais estão em risco à beira-mar. Alguns passam correndo – quase arrastados – amarrados ao dono atleta, sob um sol escaldante, sedentos e, não raro, há relatos de morte súbita dos animais devido ao estresse físico.

Sem contar a falta de proteção contra os efeitos do sol, do vento, da areia (que penetra na boca, nos olhos e nas narinas dos cães), que acabam por provocar doenças no animal. Aliás, alguns donos, incautos, nem água dão aos bichinhos.

O cão, repito, é o melhor amigo do homem. Aquele acompanha este por séculos. Nas caçadas, em casa, nos passeios, em restaurantes, em hotéis. Para alegria dos amigos, criaram-se até cachorródromos. São vários ambientes que acolhem o cão e seu dono e que permitem a integração com o público sem maiores complicações.

Mas eu não levaria, por exemplo, meu gato para brincar no cachorródromo, apesar do direito dele de ir e vir. O ambiente não é propício a ele, assim como uma praia lotada não é ambiente propício a um cão.

Quantos com guia e focinheira você viu no mar?

Texto 2

O PROBLEMA NÃO SÃO ELES, SOMOS NÓS!

BEATRIZ PITROFSKI
Relações-públicas e voluntária de proteção animal
ibeatriz2@msn.com



“Proibido cães na praia.” Quem veraneia no litoral gaúcho certamente já

deparou com essa placa. Ao mesmo tempo, quem nunca se divertiu vendo um dono brincando com seu cão no mar, jogando a bolinha para que ele busque? Precisamos rever e balancear até que ponto a presença de pets na areia impacta nosso bem-estar e nossa saúde.

Atualmente, não existe uma lei federal que estabeleça a admissão ou não da presença de animais na areia, sendo a definição feita em nível municipal.

Xangri-lá, Capão da Canoa, Tramandaí e Cidreira, assim como a maior parte do litoral gaúcho, têm leis que proíbem a circulação de cães na praia, porém, raramente é cobrada alguma multa neste caso.

É importante lembrar que o cão não tem consciência da lei e da proibição de circular em determinado lugar; cabe ao seu tutor a responsabilidade de tomar os devidos cuidados para o bem-estar dos banhistas e do seu próprio pet. É obrigação do dono manter os exames do cão em dia para se assegurar de que ele não transmitirá nenhuma doença aos banhistas.

Além disso, sempre deve ter o “saquinho do cocô” para recolher os dejetos, descartando-os também no devido local. O cão deve estar sempre na guia, por mais que seja dócil, para evitar qualquer possível acidente ou até mesmo briga com outros animais.

Além de pensar no bem-estar dos outros banhistas, é fundamental ter consciência sobre o que é melhor para seu cão também. Por isso, é importante não levá-lo à praia em horários de sol intenso, dar um banho e secar bem caso o animal entre no mar. Garrafinhas de água natural e congelada tam-

bém devem fazer parte do kit, já que eles se resfriam pela boca.

Atualmente, muitas famílias já têm cães como membros e por isso sabem o quão difícil (e caro) é conseguir um local para deixar seu animal durante o veraneio – até por isso, o número de abandonos (outro grande problema)

crece nesta época. Dessa forma, os locais públicos precisam se adaptar para agradar a todos os públicos, desde os pais de pets até aqueles que preferem que os cães fiquem na calçada.

Para mim, praia é lugar de cachorro, sim!

Tem aqueles que gostam de pular ondas, outros preferem correr atrás das bolinhas de frescobol, enquanto uns preferem rolar na areia. De qualquer forma, a alegria no rosto dos nossos peludinhos não tem preço! Em uma sociedade na qual o cão é cada vez mais parte das famílias, é essencial que haja um meio-termo que beneficie os animais e seus tutores, sem causar impactos aos outros veranistas. Ainda existe muito preconceito, motivado pela desinformação, de pessoas que afirmam que os cães podem atacar ou que transmitem doenças. Da mesma forma, devemos nos questionar em relação ao lixo deixado por nós, humanos, nas praias, bem como o esgoto que é despejado muitas vezes no mar, além da poluição evidente das nossas águas. Infelizmente, esta é uma discussão de longa data, que ainda não chegou a uma conclusão. O cenário ideal, em minha opinião, seria ter uma área da praia demarcada para ser “pet friendly”, onde cães fossem permitidos – o que não anularia os deveres do tutor de manter a praia limpa e cuidar da saúde do seu pet, mantendo-o na guia. Afinal, vai ter cachorro na praia, sim!

Para mim, areia também é lugar deles, sim!

Fonte: Jornal Zero Hora (impresso), 9-10 de fevereiro de 2019.

Texto 3

Projeto que cria espaço para cães na praia é aprovado na Câmara de Florianópolis

Proposta tem como objetivo demarcar espaços específicos na areia para receber os animais

14/03/2019 - 19h30 - Atualizada em: 14/03/2019 - 20h57

Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br>>. Acesso em: jul. 2019.

E você, como se posiciona frente a esse tema? Com base nos textos lidos, produza um artigo de opinião para manifestar a sua posição sobre a proibição/ permissão de cães na praia. Considerando a veiculação do texto e o público leitor, empregue a norma-padrão. O artigo, incluído o título, deve ter, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas. Bom trabalho!

Proposta de produção textual 2

Você sabe o que é *Homeschooling*? Na tradução para a Língua Portuguesa significa ensino domiciliar. Segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), a procura por essa modalidade aumentou mais de 2000% entre 2011 e 2018. Embora não exista uma lei que regulamente a prática de ensino domiciliar no Brasil, também não há nenhum documento legal que a proíba explicitamente. Ainda que a busca pelo modelo de educação domiciliar esteja ganhando cada vez mais força ao longo dos anos, o assunto ainda gera muitos debates e opiniões. Para que você construa um posicionamento acerca desse tema tão polêmico, convidamo-lo(a) a ler os textos a seguir.

Texto 1

DADOS SOBRE EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL

7.500 famílias praticando atualmente;
15.000 estudantes entre 4 e 17 anos;
Crescimento > 2000% entre 2011 e 2018;
Presente nas 27 unidades da Federação;
Cresce a uma taxa de aproximadamente 55% ao ano.

Fonte: Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED)



LEANDRO KARNAL

Historiador, professor da Unicamp, autor de, entre outros, "Todos Contra Todos: o Ódio Nosso de Cada Dia".

ENSINO EM CASA

A educação formal obrigatória, universal, em escolas, é uma novidade histórica. Até meados do século 20, estudar até o fim do segundo ciclo era um luxo reservado às elites e a parte da classe média. A maioria da população seguia com rudimentos de escrita e algumas operações matemáticas básicas, quando não completamente analfabeta.

Os motivos para tal situação eram muitos. Um deles era decorrente da visão que a sociedade tinha a respeito de lugares determinados para todos. Filho de sapateiro, sapateiro será. Filho de agricultor lavrará a terra. Filhos de classe média e alta poderiam ser o que quisessem ou herdariam o negócio dos pais. Por isso, precisavam de estudo. Quando o Brasil não tinha universidades, nossas elites mandavam os filhos para Portugal ou França. Quando não havia boas escolas, contratavam preceptores e tutores para seus rebentos.

A universalização do Ensino Básico atravessou a história do Brasil recente como uma conquista e como uma pedra nos sapatos do nosso país. Estamos mais próximos do que nunca de termos todas as nossas crianças em escolas (na média, há entre 90% e 98% de crianças e adolescentes em instituições, variando entre creches e Ensino Médio), mas elas não frequentam, necessariamente, um ensino de qualidade, como preconiza a Constituição em vigor. As discrepâncias são imensas. Há colégios públicos excelentes, bem geridos, com estrutura adequada e professores dedicados. Há escolas particulares medíocres, sem o mínimo projeto para os alunos e com professores malformados. Entretanto, na média, os problemas se concentram no ensino público. Ainda somos uma sociedade com muita desigualdade.

Em meio a conquistas e retrocessos, discutimos hoje o ensino em casa. Isso já foi realidade por aqui e em outros lugares do mundo. Reis e rainhas, nobres e parte da elite europeia jamais viveram outra forma de ensino. Grandes gênios e pessoas

muito eruditas estudaram assim. Em si, aprender em casa pode garantir excelência educacional. O potencial problema desse tipo de ensino não é esse, necessariamente.

Para entendermos, precisamos pensar historicamente. Um dos aspectos tem a ver com o fortalecimento do Estado entre o século 19 e o 20, bem como com sua crise nos dias atuais. Quanto mais forte o Estado se tornou como instituição de regulamentação de nossas vidas, menos importância família e igrejas passaram a ter. Famílias participavam ativamente da escolha dos noivos e noivas. O casamento assegurava herdeiros, a igreja oficializava as uniões. Quando o Estado passou a ser o intermediário e as sensibilidades liberais do 19 afloraram, junto com uma maior produção de riquezas, casamentos passaram a se dar por escolha dos cônjuges, por amor. Casar e se divorciar se tornaram coisas mais corriqueiras. A família é menos importante, para o indivíduo moderno, do que o Estado. Precisamos de empréstimos, recorremos a bancos (regulamentados pelo Estado) e não mais aos pais; precisamos de saúde, vamos a hospitais (e não mais ao membro mais experiente da família) e assim por diante. Logo, educar seguiu esse caminho. Saiu da casa para ir para esfera da cidadania, dos valores da sociedade e das novas concepções pedagógicas, regulamentadas em escolas por leis federais.

A rigor, a lei não proíbe o ensino em casa. O Supremo Tribunal Federal (STF) já disse que a prática não pode ser feita, pois carece de regulamentação. Sem leis que regulem a prática, como auferir se o ensino funciona ou não?

Educar os filhos em casa deveria, ser, a rigor, um direito de cidadania. Sou a favor da regulamentação. Há obstáculos práticos. Raramente, pais têm o preparo profissional. Não se trata apenas do conteúdo, porém da técnica em si. Um adulto alfabetizado ensina bem uma criança? Nem sempre, pois há métodos e debates sobre seus usos. Se quisermos uma comparação rápida e com certa fidelidade, você também deveria ter o

direito de curar as doenças do seu filho em casa. Por que médicos? Talvez pelo mesmo motivo de existir professores. Você está seguro para prescrever um remédio? Então, com certeza, estará apto a optar entre o método fônico de alfabetização ou três ou quatro variantes do processo de letramento.

Sim, deveria ser garantido o direito dos pais para o *homeschooling*. Mas eu queria enfatizar que os pais assumissem com plenitude o direito constitucional, do código civil e do Estatuto da Criança e do Adolescente que indicam, com total clareza, que a educação é um dever dos pais. É muito complexo educar em casa, todavia imprescindível que os pais façam parte da responsabilidade parental na escola. Que sejam menos pais síndicos ou capatazes e mais pais participantes do desafio social de educar.

Por fim: crianças educadas em casa perdem a chance do convívio com a diferença e são menos expostas – potencialmente – a pontos de vista conflitantes. Se não enfrentam conflitos, são menos resilientes e com tendência para fragilidade de um sistema imunológico nunca exposto a micro-organismos diversos. Se correr tudo bem, se a família tiver dinheiro para bons preceptores, para complementar com viagens, museus, para estimular o convívio dos filhos com outras crianças em parques e praças de esportes, na outra ponta teremos o mesmo resultado alquímico da escola: talvez um bom cidadão, alguém preparado para os desafios de nosso século e o constante aprender que nos exige. E, no entanto, se funcionar mal, teremos especialistas nas opiniões caseiras, fechados ao mundo.

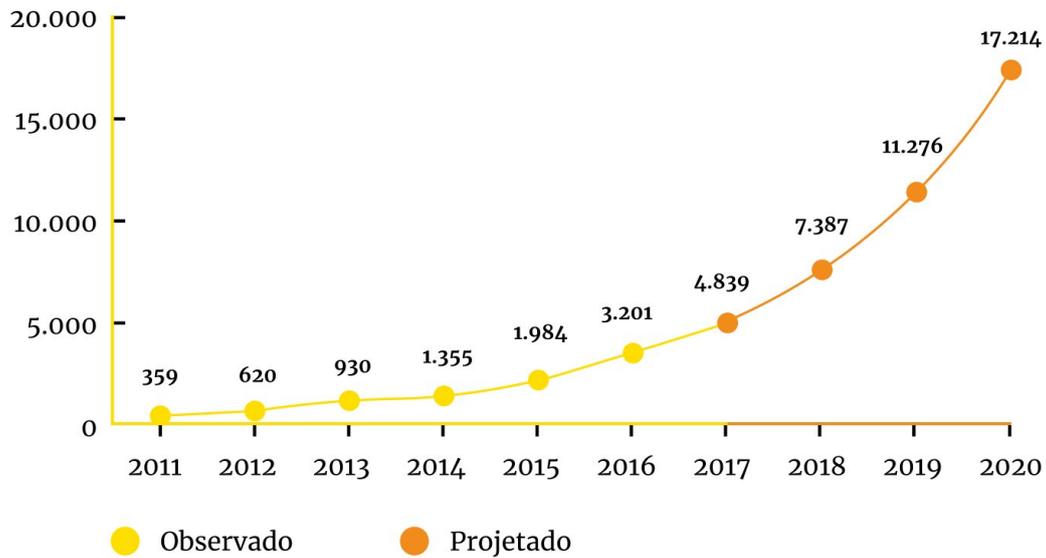
Há risco de reforçar o surgimento de crianças mimadas na sua zona de conforto, pouco aptas ao mundo de diversidades e desafios. Seu filho viverá com você para sempre ou, um dia, terá vida própria? Elizabeth, rainha da Inglaterra, foi educada em casa. Educou os filhos em escolas. O modelo perpetuou-se nas gerações seguintes da família real britânica. Por que será? Boa semana para todos nós.

//

É MUITO COMPLEXO EDUCAR EM CASA, TODAVIA IMPRESCINDÍVEL QUE OS PAIS FAÇAM PARTE DA RESPONSABILIDADE PARENTAL NA ESCOLA. QUE SEJAM MENOS PAIS SÍNDICOS OU CAPATAZES E MAIS PAIS PARTICIPANTES DO DESAFIO SOCIAL DE EDUCAR.

Texto 3

Crescimento observado e projetado da educação domiciliar no Brasil



Fonte: Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED).
Pesquisa realizada em fevereiro de 2016.

E você, o que pensa a respeito desse tema que vem gerando cada vez mais discussões? Para que você possa defender seu posicionamento sobre a prática de Homeschooling, escreva um artigo de opinião. Considerando a veiculação do texto e o público leitor, empregue a norma-padrão. O artigo, incluído o título, deve ter, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas. Bom trabalho!

Primeira versão

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____
- 5 _____
- 6 _____
- 7 _____
- 8 _____
- 9 _____
- 10 _____
- 11 _____
- 12 _____
- 13 _____
- 14 _____
- 15 _____
- 16 _____
- 17 _____
- 18 _____
- 19 _____
- 20 _____
- 21 _____
- 22 _____
- 23 _____
- 24 _____
- 25 _____
- 26 _____
- 27 _____
- 28 _____
- 29 _____
- 30 _____

Critérios de revisão do artigo de opinião produzido

| Eixo | Critérios | Sim | Não | Em parte |
|--------------------------------|--|-----|-----|----------|
| Compreensão global da proposta | Você abordou o tema com fidelidade à proposta, apresentando marcas de autoria e repertório cultural produtivo? | | | |
| | Você empregou um título adequado ao desenvolvimento realizado? | | | |
| | Há compatibilidade entre a estrutura e as características do gênero artigo de opinião? | | | |
| | Você gerenciou de forma adequada as vozes, autoral e externa, em seu texto? | | | |
| Estágios composicionais | Você apresentou adequadamente o tema? Há presença de um fato/evento motivador ou uma definição do problema? | | | |
| | Você apresentou claramente a sua posição? | | | |
| | Os argumentos são consistentes para defender a tese? Há diferentes tipos de argumentos no texto? | | | |
| | Você apresentou uma frase que sintetiza sua posição e/ou sugestões para o problema? | | | |
| Coesão textual | Para retomar os termos no texto, você utilizou sinônimos, caracterizadores e termos genéricos? | | | |
| | Para substituir os termos no texto, você empregou pronomes, advérbios e elipses? | | | |
| | Há emprego de elementos de conexão sequencial na construção textual? | | | |
| | Você segmentou o texto em parágrafos e utiliza pontuação de forma adequada? | | | |
| Norma padrão | Você aplicou convenções ortográficas e acentuação gráfica na escrita de seu texto? | | | |
| | Você usou adequadamente regência nominal, verbal e colocação pronominal? | | | |
| | Você usou adequadamente concordância verbal e nominal? | | | |
| | Você empregou adequadamente os modos e tempos verbais? | | | |

Versão final

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____

Referências bibliográficas

ANTUNES, I. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ASKEHAVE, I.; SWALES, J. Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. IN: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M.M. (Orgs.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: EDPE, 2009, p. 221-247.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Trad. Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

ECKERT, G. P.; PINTON, F. M., 2015. Descrição e análise do artigo de opinião veiculado no Jornal Zero Hora. In: **Anais do XV Seminário Internacional em Letras**, Santa Maria, 2015.

FONTANA, N. M. et al. **Práticas de linguagem**: gêneros discursivos e interação. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009, p. 148.

MATTEUCCI, N. **Para argumentar mejor**: lectura comprensiva e produción escrita – estratégias de comprensión y elaboración de argumentos. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2013.

MEYER, B. **A arte de argumentar**: com exercícios corrigidos. Trad.: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NASCIMENTO, I. A. A; BESSA, J. C. R; BERARDINO, R. A. S. Formas de introduzir o dizer do outro em artigos científicos de especialistas. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 03, n. 02, p. 23-38, jul./dez. 2014.

PASSARELLI, M. G. **Ensino e correção na produção de textos escolares**. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia complementar

ABREU, A. S. **A arte de argumentar** – gerenciando razão e emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____; SAVIOLLI, F. P. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1996.

GAGLIARDI, E. AMARAL, H. **Pontos de vista**. São Paulo: CENPEC: Fundação Social; Brasília, DF: MEC, 2008 (Adaptado)

GARCEZ, L. H. C. **Técnica de redação** – O que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KOCH, I. **A argumentação pela linguagem**. 4.^a ed. São Paulo: Cortez, 1996

KOCH, I. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2004.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARCUSCHI, L. A. A ação dos verbos introdutórios de opinião. In: _____. **Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação – A Nova Retórica**. 3.^a ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

PINTON, F. M. A produção textual nas aulas de língua portuguesa: múltiplos olhares no currículo escolar. In: **O currículo em suas interfaces com a educação básica e superior**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

PINTON, F. M.; PEREIRA, G. E. Atitude e engajamento em textos argumentativos produzidos em contexto escolar: desafios para o professor de leitura e escrita. **Entrepalavras**, v.7, n. 2, 2017.

_____. **Caderno de Atividade de Leitura e Produção textual**. UFSM, CAL, Departamento de Letras Vernáculas, 2016.

SERAFINI, M. T. **Como escrever textos**. 8.^a ed. São Paulo: Globo, 1994.

OpiniãO



O caderno didático *Produzindo Artigo de Opinião* tem como objetivo auxiliar o aluno no processo de leitura e escrita de exemplares desse gênero. A partir de uma perspectiva de análise linguística, as atividades se organizam de modo que o aluno atente para os aspectos sociocomunicativos, estruturais e linguísticos, que fundamentam a produção de exemplares do gênero.

Realização:



NEPELIN

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS
EM ENSINO DE LINGUAGEM



Residência

Pedagógica

Apoio:



CAPES



PROGRAD
UFSM



LETRAS
Licenciatura

ISBN 978-65-265-0585-4



9 786526 505854 >